



Esta obra está sob o direito de
Licença Creative Commons
Atribuição 4.0 Internacional.

EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS EM ALAGOAS: Uma análise dos pressupostos teórico-metodológicos

Janaina Marcia da Silva¹
Andrea Marques Vanderlei Fregadolli²

RESUMO

O presente trabalho possui o objetivo de debater a Educação de Jovens e Adultos (EJA) no estado de Alagoas. Para tal, mostra-se pertinente compreender o que é o EJA, assim como analisar os pressupostos teórico-metodológicos. Para isso, realizou-se um aprofundamento bibliográfico sobre o tema, a partir da compreensão de diferentes autores que contribuíram para uma reflexão sobre o entendimento do EJA, em Ribeiro (2001), Andrade (2004), Gadotti (2005), Corrêa (2008). Do mesmo modo, é importante destacar os pressupostos teórico-metodológicos expostos na proposta pedagógica a partir do Plano Estadual de Educação de Alagoas (PEE) para o entendimento do EJA no estado. Dessa maneira, é indiscutível a importância que a educação de jovens e adultos assume na formação humana, haja vista, que o conhecimento é um processo inerente para toda a vida.

Palavras-chave: Educação de Jovens e Adultos; Pressupostos teórico-metodológicos; Conhecimento; Proposta Pedagógica; Formação humana.

¹ E-mail: famillefelizeternamente@hotmail.com

² E-mail: deadoradorado@hotmail.com

INTRODUÇÃO

Inicialmente, vale salientar que a Educação de Jovens e Adultos se configura como uma forma de sanar os altos índices de analfabetismo no país. Essas são consequências que se deve à negação do direito de acesso à educação a uma parcela significativa da população brasileira. Nesse sentido, é interessante destacar o que salientou Gadotti (2005), para quem essa questão tem que ser dada a devida análise de maneira precisa e clara. Se faz necessário repensar, sobretudo, as interpretações preconceituosas e, às vezes, minimizadora da problemática.

Assim, é preciso reiterar que “o analfabetismo não é doença ou erva daninha”, como se costumava dizer entre nós (GADOTTI, 2005, p. 1). Essa é uma questão que evidencia a negação acumulada de direitos. Isto é, a negação de um direito ao lado da negação de outros direitos. O direito a escola, direito a ter acesso ao conhecimento desenvolvido pela humanidade, direito a autonomia na leitura e direito à liberdade da escrita. Claro está que, nos estudos sobre educação, a política é um condicionante inseparável. Não por acaso o analfabetismo também se torna uma questão pedagógica de inteiro cunho político. (CORRÊA, 2008, p. 11).

É possível entender essa questão com um teor político pelo fato de que

interfere incisivamente nas vidas das pessoas. Podemos também considerar a alfabetização como a abertura de uma porta que nos sugere um mundo de possibilidades. Um mundo que, de tão grande, nos convida a sair da inércia do analfabetismo para uma situação de sujeito de atitude autônoma.

A partir disso, é importante que se compreenda como se configura a Educação de Jovens e Adultos, mediante os pressupostos teórico-metodológicos expostos na Proposta Pedagógica para a Educação Básica de Jovens e Adultos de Alagoas. É desse modo que se pode estabelecer os nexos relacionais entre esta Proposta e o contexto sócio-histórico de desenvolvimento dessa modalidade de ensino. Visto que se trata de um público diferenciado, que possui experiências e especificidades em sua forma de aprendizado.

Cabe analisar a concepção de sociedade e de educação existente na Proposta Pedagógica em questão para que possamos compreender como tais concepções perpassam as práticas de ensino, os objetivos, os conteúdos transmitidos e os princípios e formas de avaliação que orientam essa modalidade de ensino.

A reflexão pedagógica acerca dessa modalidade educativa compreende com significativa importância suas dimensões

social, ética e política. Nessa perspectiva existem amplas considerações acerca do diálogo e da participação de todos os sujeitos pedagógicos, isto é, educadores e educandos. Essa modalidade, como não poderia deixar de ser, exige forte comprometimento no trabalho pedagógico como um todo. O trabalho pedagógico são, pois, as disposições desenvolvidas pelo seguimento docente, pela disposição institucional e, sobretudo, pela vontade do educando de encontrar sentido e se engajar nesses desafios.

Construir uma EJA que produza seus processos pedagógicos, considerando quem são esses sujeitos, implica pensar sobre as possibilidades de transformar a escola que os atende em uma instituição aberta, que valorize seus interesses, conhecimentos e expectativas; que favoreça a sua participação; que respeite seus direitos em práticas e não somente em enunciados de programas e conteúdos; que se proponha a motivar, mobilizar e desenvolver conhecimentos que partam da vida desses sujeitos; que demonstre interesse por eles como cidadãos e não somente como objetos de aprendizagem. (ANDRADE, 2004)

Objetivos da educação de jovens e adultos

Nos últimos oito anos, a elaboração de planos de educação passa a fazer parte da experiência dos Estados brasileiros. Essa é uma medida de obrigatoriedade legal

estabelecida no art. 87 da LDB. Daí promulga-se em janeiro de 2001, a Lei nº. 10.172. Ela institui o Plano Nacional de Educação - PNE. Assim, passa a ser obrigatório a determinação dos Estados e os Municípios terem a responsabilidade de elaborar seus planos em consonância com o plano nacional. A intensão é assegurar uma integração das políticas e de todos os planos de modo a garantir a universalização da educação básica e a melhoria da qualidade da aprendizagem dos alunos das escolas públicas do país.

Assim, com base nas diretrizes legais e operacionais do MEC, cinco anos após a publicação do PNE, foi desenvolvido, em 2006, o Plano Estadual de Educação de Alagoas (PEE). O período definido foi 2006-2015, onde se evidencia que o mesmo é um plano de Estado e não de governo. Esse plano é o instrumento que proclama as políticas educacionais para as escolas públicas do estado.

É importante destacar o diagnóstico exposto no PEE. Ele revela uma realidade bastante inquietante com relação aos dados de reprovação, distorção e abandono dos alunos do ensino fundamental e médio. Além da falta de atendimento das crianças de 0 a 6 anos. É necessário também considerar as demais faixas etárias que ainda ficam de fora da disponibilização e oferta de vagas que oportunize e disponibilize o atendimento escolar.

No entanto, a matrícula total na educação básica em Alagoas, no ano de 2008, contemplou aproximadamente 990 mil alunos nas quatro redes de ensino (municipal, estadual, federal e privada), ficando, a priori, sem atendimento escolar 208 mil alagoanos na faixa etária adequada. (PEE/AL 2006-2014, p. 16, grifos nossos).

O PEE apresenta que essa triste realidade vem se configurando há décadas no cenário educacional alagoano, tanto nas escolas da rede estadual como nas redes municipais. Nesse sentido ainda precisa se organizar com propostas sólidas e propósitos consideráveis.

É assim que essa situação atinge a todos os seguimentos. Na EJA essas e uma porção de outras situações apresentam uma carga ainda mais prevacente no quadro de situações, desafios e problemas que o compõe.

Inicialmente percebe-se que a educação de Jovens e Adultos tem um público bem diversificado. Ela busca atender uma demanda bem ampla e complexa. De imediato, tem a responsabilidade de tomar para si a tarefa de aglutinar o problema social da distorção idade série.

É sobre a imprecisão da faixa etária que se debruça esse seguimento educativo. Poder-se-ia dizer que, para o tamanho do desafio da EJA haver-se-ia de se ter

condições estruturais, no mínimo, proporcionais ao atendimento dos trabalhos desenvolvidos. Mas, infelizmente, não é nessa realidade de condições que se assenta sobre a realidade da EJA.

Essa realidade também está relacionada com a condição do Brasil em superar os 35 milhões de pessoas maiores de catorze anos que não completaram quatro anos de escolaridade (RIBEIRO, 2001). Esse grande número de pessoas constitui o público potencial dos programas de educação de jovens e adultos integrantes ao primeiro segmento do ensino fundamental.

Em 1991 o censo apontou 20 milhões identificados como analfabetos. De 2004 a 2012 o analfabetismo caiu de 11% para 8%. Essas pessoas estão incluídas nesse contingente que não dominam ou dominam muito precariamente a leitura e a escrita. Assim, tornam-se impedidas de utilizar eficientemente essas habilidades para continuar aprendendo e acessar informações essenciais a uma inserção eficiente e autônoma em muitas das dimensões que caracterizam as sociedades contemporâneas.

Nos países como o Brasil, os baixos níveis de escolarização estão fortemente vinculados a outras formas de exclusões socioeconômica e política. São países caracterizados por fortes desníveis sociais, pela situação de pobreza de grande parcela da população e, também, por uma tradição

política pouco democrática. São, pois famílias que vivem em condição econômica precária e que enfrentam grandes dificuldades em manter as crianças na escola. No caso das crianças, tem seus esforços mal recompensados, já que as escolas a que têm ingresso são pobres de recursos e normalmente não proporcionam condições de aprendizagem apropriadas.

Dentre aqueles atendidos pelos programas de educação de jovens e adultos é crescente a presença daqueles que efetivamente não tiveram nenhuma passagem anterior pela escola¹. É também cada vez mais presente a condição de adolescentes e jovens recém-saídos do ensino regular.

Esse fenômeno é frequente e disperso. Frequente pelo fato de estar presente no cotidiano de quase todos os seguimentos na realidade das escolas alagoanas. Disperso pelo fato de que abrange e atinge uma ampla extensão territorial das unidades de ensino de caráter

público. São distorções que se alastra de maneira diferenciada no seu conjunto de escolas, mas que marcam um panorama de entraves no quadro de ensino. Se não, vejamos:

Em levantamento realizado no programa de educação básica de jovens e adultos do município de São Paulo, em 1992, apurou-se que 26% do alunado tinha até dezoito anos de idade e 36% tinha entre dezenove e 26. Na cidade do Recife, apurou-se que, dos alunos de programas para jovens e adultos das redes municipal e estadual, 48% tinha de treze a dezoito anos de idade e 26%, de dezoito a 24 anos.² A presença dos adolescentes tem sido tão marcante que se começa a pensar em programas ou turmas especialmente destinadas a essa faixa etária. (RIBEIRO, 2001).

É importante destacar também que quase a totalidade dos alunos dos programas educacionais de Jovens e Adultos são trabalhadores. Os adolescentes também

¹ É importante destacar a análise situacional da realidade educacional de Alagoas. Se destaca a seguinte caracterização. “O estado de Alagoas tem uma população estimada em 3.173.000 habitantes (IBGE, 2008), sendo 30,4% de brancos, 3% pretos, 66,2% pardos e 0,4% indígenas e amarelos[...] Dessa população, aproximadamente 434 mil estão na faixa etária de 0 a 6 anos, 578 mil de 7 a 14 anos e 186 mil de 15 a 17 anos. São 1.198.000 habitantes considerados potenciais alunos da educação básica, já que se encontram na faixa etária adequada para a educação infantil, ensino fundamental e ensino médio. No entanto, a matrícula total na educação básica em Alagoas, no ano de 2008, contemplou aproximadamente 990 mil alunos nas quatro redes de ensino (municipal, estadual, federal e privada),

ficando, a priori, sem atendimento escolar 208 mil alagoanos na faixa etária adequada. O maior contingente de alunos é atendido pelas redes municipais e se concentram nos anos iniciais do ensino fundamental, ficando a rede estadual responsável pela maior parcela de alunos dos anos finais do ensino fundamental e do ensino médio. Além disso, os dados sobre a distribuição das matrículas nas redes de ensino indicam que a rede municipal agrega a maior parte dos alunos do ensino fundamental também nas diversas modalidades e diversidades do ensino: educação de jovens e adultos, educação especial, educação do campo, indígena e quilombola.” (PEE/AL 2006-2014, p. 16).

estão incluídos na categoria de estudante que divide seu tempo de formação entre os momentos de trabalhos e de aula na escola. São tempos pedagógicos que ocorrem com bastante sacrifício. Esses sujeitos acumulam responsabilidades profissionais e domésticas e/ou reduzindo seu pouco tempo de lazer, se dispõe a frequentar aulas nos cursos noturnos. A expectativa é quase sempre muito semelhante, pois trata-se do desejo de melhorar suas condições de vida.

Contudo, é também perceptível que a maioria mantém a esperança de dar continuidade aos estudos. Essa postura se alinha a perspectiva de se concluir o 1º grau e ampliar as possibilidades, seja de acesso a outros graus de ensino ou também a possuir um conjunto de habilitações técnicas e profissionais.

São novas maneiras nas relações de trabalho que impactam profundamente os desejos, as esperanças e expectativas de vida da maioria dos alunos da EJA uma vez que eles já se incluem como parte da população economicamente ativa. Para muitos os cursos noturnos são compreendidas como estratégias que visam a melhorar as condições de vida. Ainda que todo esse esforço signifique, como dito anteriormente, acumulação de responsabilidades profissionais e domésticas. É assim que grande parte dos educandos conservam a expectativa de continuar os estudos, finalizar as demais

etapas e lograr capacitações profissionais que lhes façam apitos as demandas do mercado de trabalho.

Partindo desse quadro situacional em Alagoas se evidencia algumas características voltadas a essas demandas. A Proposta Pedagógica para a Educação de Jovens e Adultos assinala como finalidade dessa modalidade de educação identificar as demandas mostradas acima e articular suas ações a ela. Busca-se, assim,

[...] garantir ao trabalhador e a trabalhadora a elevação da escolaridade e as condições da continuidade de aprendizagens, mediante estudo das diversas áreas de conhecimento, tomando a realidade cultural e natural como objeto de pesquisa/estudo. (ALAGOAS, s/d, p. 39).

É também nesse sentido que o Plano Estadual de Educação de Alagoas no exercício de 2006 – 2015 - PEE-AL, estabeleceu um conjunto de objetivos e metas (ALAGOAS, 2005, p. 45-44). Dentre todas, podemos destacar as seguintes:

- A criação de setor específico responsável pela EJA e no prazo de dois anos, incluindo profissionais experiente na área para atuar em todas as

Secretarias Municipais de Educação².

- O processo de articulação política da educação com outras políticas sociais, que assegurem ao jovem e adulto trabalhador, o acesso a programas de formação profissionalizante, de geração de emprego e renda, assistência à saúde e outras medidas, possibilitando a sua permanência na escola³.
- Propor calendários especiais, sempre que a necessidade exigir, para atender às especificidades de EJA.

Redirecionar o ensino noturno existente nas redes públicas estadual e municipais, para a modalidade de Educação de Jovens e Adultos, imediatamente após a aprovação desse Plano⁴.

É importante salientar que, ainda se referindo a questão do estudante trabalhador e trabalhadora como forte característica da EJA, o PEE-AL 2015-2025, ampliou ainda mais as estratégias de atuação conforme dispõe a meta de número 10 desse plano.

Metodologia e conteúdo de ensino da EJA

Este tópico trata das metodologia e conteúdo de ensino expostas na Proposta Pedagógica da EJA, visto que, de acordo com Freitas (1995) as categorias conteúdo/trato com o conhecimento estão diretamente relacionadas, ao passo que “não existe, por conseguinte, uma forma que não esteja embebida de conteúdo, que não organize o movimento e a atividade de um conteúdo, do mesmo modo que não existe um conteúdo que não se expresse estruturalmente em determinada forma” (ROSENTHAL; STRAKS, 1960, p. 199 apud FREITAS, 1995, p. 97). Ou seja, o conteúdo determina a forma (a metodologia de ensino) e, ao mesmo tempo, a forma é determinada pelo conteúdo.

Dessa forma, cabe analisar como está organizado o trabalho pedagógico da EJA e os conhecimentos a serem trabalhados nessa modalidade de ensino. A Educação de Jovens e Adultos encontra-se organizada em áreas de conhecimentos das Diretrizes Curriculares da EJA.

O que se pretende, portanto, é a utilização de uma metodologia que

² No atual PEE-AL 2015-2025 está previsto ainda a proposta de implantar e implementar os Centros de Educação de Jovens e Adultos – CEJA, em todas as Coordenadorias Regionais de Educação – CRE. (ALAGOAS, 2015, p. 15).

³ Se faz necessário situar que, no que se refere a EJA ligada a educação profissional, o PEE-AL 2015-2025 ampliou ainda mais as estratégias de atuação. (ALAGOAS, 2015, p. 17).

⁴ No PEE-AL 2015-2025 as metas foram ainda mais ousadas e propôs turmas da educação de jovens e adultos no ensino fundamental e médio nos turnos diurno e noturno para todos os segmentos populacionais que estejam fora da escola e com defasagem idade-ano, associados a outras estratégias que garantam a continuidade da escolarização, após a alfabetização inicial. (ALAGOAS, 2015, p. 14-15).

relacione os aspectos cotidianos dos estudantes com os conteúdos a serem trabalhados, priorizando a relação entre o conteúdo e a vida, em detrimento da simples transmissão de conhecimentos que é feita num sentido unidirecional. Nessa Proposta, defende-se a autonomia do aluno e a participação ativa tanto do educador quanto do educando para que ambos possam problematizar, refletir e operar de forma significativa no processo de ensino-aprendizagem.

O acolhimento é um ponto fundamental para que a escola esteja conectada com a vida dos estudantes e/ou educandos e também que esta conexão esteja atrelada ao mais significativo movimento de libertação e autonomia dos indivíduos. Essa é, pois, uma oportunidade de constituição de uma escola trilhadas e caminhos diferentes.

Por exemplo, o disciplinamento punitivo na EJA não tem lastro de legitimidade algum. Isso porque tanto os jovens quanto os adultos devem ser convidados a um processo coletivo pautado na participação e na construção. Participação seja na elaboração das regras de convivência, seja na corresponsabilização e compromisso com a própria formação. E quem mais indicado se não os próprios sujeitos pedagógicos para fazer do processo de formação uma tarefa

indispensável, inacabada e em constante evolução.

Daí que na EJA as propostas curriculares devem obstinadamente levar isso em consideração. Isto é, priorizar os meios pelos quais esclareça aos estudantes o quanto é, juntamente com a escola, corresponsável pelo seu próprio processo de formação. Para isso deve estar claro que eles, os estudantes, devem encarar como sendo desafio o processo de auto formação. Esta composta por práticas constantes de apropriação e socialização de conhecimentos sistematizados.

Essas questões constituem o ponto fundamental na organização curricular da EJA. Nesse sentido tais preocupações educativas devem estar combinadas com a realidade vivida pelos educandos, sobretudo porque, em sua maioria, já dirigem suas vidas no tocante ao trabalho, a família e etc.

Os atributos pedagógico-metodológico que estabelecem um corpo de conteúdos para essa demanda necessita, portanto, se fundamentar nessa perspectiva de uma educação que tenha a capacidade de abarcar a complexidade em que o conhecimento se configura. A totalidade do conhecimento seria, então, a abrangência objetivada numa proposta com essas características.

A interligação ente, por exemplo, processo de alfabetização, ganho de

autonomia e corresponsabilidade com a formação, está no fato de que se faz necessário uma visão de continuidade desses processos educativos e pedagógicos para a vida do educando. De tal maneira essas são condições que sugere um trabalho e um conjunto de esforços consciente da formação como sendo um processo que vai além da sala de aula. Transborda a escola e convive indissociavelmente com a vida cotidiana.

A vida na escola e no dia a dia do educando são tempo-espacos pedagógicos colaborativos. Enquanto na escola é possível um processo de socialização de conhecimentos, da vida cotidiana, a escola deve retirar todos os elementos ilustrativos e potencializadores da memória, da aprendizagem significativa. E, neste sentido, já se pode visualizar na atualidade uma diversidade de propostas como aquela que trabalha com palavras geradoras e com elementos significativos e próprios da vida diária dos educandos.

Mas de toda a discussão dos diversos elementos metodológicos a ser levado em consideração é necessário o esclarecimento definitivo de que os procedimentos metodológicos não se deve ser colocado em discussão numa proposta de dissociação e ou distanciamento dos objetivos fundamentais do processo educativo com a apropriação de conhecimento. Isso porque este trabalho

não se refere a priorização da metodologia em detrimento do conteúdo. Acreditamos que incorrer nesse engodo é uma forma de secundarizar da socialização de conhecimentos.

De acordo com Saviani (2012, p. 63-76), uma educação que estabeleça uma proposta de “pedagogia revolucionária” deve ficar atenta para não incorrer no engodo do caráter formalista e estático do conhecimento próprio da escola tradicional e muito menos no caráter do afrouxamento dos conteúdos, sobretudo, para a maioria das camadas populares próprio a escola nova. Nesse sentido, a articulação de uma organização metodológica é, com certeza, fundamental. Mas ela deve existir no sentido de alavancar as possibilidades de aprendizagem dos educandos, sobretudo, quando se trata de uma educação com caráter e objetivo popular.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A educação de jovens e adultos é, assim, consolidada no sistema educacional brasileiro como numa necessidade de ampliação das “oportunidades educacionais” para aqueles que já ultrapassaram a idade de escolarização regular. Isso significa numa tentativa de resgate, por meio da educação, de parte da população que historicamente ficou à margem dos avanços sociais dos

conhecimentos da humanidade e, portanto, das atividades de socialização escolar. Mas tudo isso não por uma questão de escolha e sim por uma questão de oportunidade, uma vez que, certamente pela situação e carências socioeconômicas, mas também carências e vulnerabilidade social, lhes foi reservado a condição de estarem de fora do processo de escolarização regular.

De acordo com Andrade (2004), o enfoque da Educação de Jovens e Adultos deve ser pensado como uma educação compensatória, em favor de uma visão mais ampla e permanente, que responda às demandas do desenvolvimento local, regional e nacional. Os conteúdos curriculares precisam ser pensados no contexto da identidade e das aspirações dos diversos sujeitos da EJA. É preciso adotar estratégias pedagógicas e metodologias orientadas para a otimização da formação específica de professores e gestores responsáveis por esse modo de fazer educação, bem como construir uma nova institucionalidade nos sistemas de ensino.

A educação é, nesse sentido, a condição social primeira que oportuniza a integração a esse sistema complexo de evolução da cultura humana. O desenvolvimento do conhecimento é a afirmação precisa de nossa existência no mundo. Essa questão é inseparável, isto é, conhecimento é sinônimo e processador de nossa existência. A educação é assim, o

processo integral de formação humana. O ser humano desde tenra idade experimenta, sobre sua existência, o contato simultâneo de um punhado de saberes socializados no desenvolvimento geral da cultura humana. Esse processo inclui a obtenção de produtos que está inserido na herança civilizatória e que concorrem para que os limites da natureza sejam superados.

REFERÊNCIAS

ALAGOAS. BRASIL. Proposta Pedagógica para Educação Básica de Jovens e Adultos. Secretaria Executiva de Educação do Estado de Alagoas: Programa Educacional de Jovens e Adultos - PROEJA, s/d. Disponível em: <<http://www.educacao.al.gov.br/programas-e-projetos/programas/geracao-saber/eixo-2-regime-de-colaboracao-entre-estado-e-municipios/eixo%201%20ac%203.pdf>> Acesso em: 3 mar. 2017.

ALAGOAS. SEPLAG/AL. Alagoas em Dados e Informações. Mapa principal disponível em: <<http://dados.al.gov.br/dataset/d8f3ac16-6441-4f45-8c69-a2fc5a4ff8a6/resource/5d11588c-e69d-4311-963a-372c17af45d4/download/microrregioesdealagoas.png>> Acesso em: 3 mar. 2017.

ANDRADE, Eliane Ribeiro. Os sujeitos educandos na EJA. TV Escola, Salto para o Futuro. Educação de Jovens e Adultos: continuar... e aprender por toda a vida. **Boletim**, v. 20, 2004. Disponível em: <http://www.forumeja.org.br/files/Programa%203_0.pdf>. Acesso em: 23 out. 2017.

BRASIL. Ministério da Educação. LEI DO PLANO ESTADUAL 2016-2014. Disponível em: <http://simec.mec.gov.br/sase/sase_mapas.php?uf=AL&tipoinfo=1>. Acesso em: 21 jan. 2017.

BRASIL. Ministério da Educação. LEI DO PLANO ESTADUAL. Disponível em: <http://simec.mec.gov.br/sase/sase_mapas.php?uf=AL&tipoinfo=1>. Acesso em: 21 jan. 2017.

CORRÊA, Luís Oscar Ramos. **Fundamentos Metodológicos em EJA I**. Curitiba: IESDE Brasil S. A., 2008.

FREITAS, Luiz Carlos de. **Crítica da organização do trabalho pedagógico e da didática**. Campinas, SP: Papirus, 1995.

GADOTTI, Moacir. Educação de Jovens e Adultos: correntes e tendências. In: GADOTTI, Moacir; ROMÃO, José Eustáquio (orgs.). **Educação de Jovens e Adultos: teoria prática e proposta**. 7. ed., São Paulo: Cortez, 2005. p. 29-39.

RIBEIRO, V.M.M. (Org.) **Educação para Jovens e Adultos: ensino fundamental: proposta curricular – 1º segmento – São Paulo: Ação Educativa: Brasília: MEC, 2001.**

SAVIANI, Dermeval. **Escola e Democracia**. 42. ed. Campinas – SP: Autores Associados, 2012.